



**Local:** Salão nobre do edifício sede do município de Armamar -----

**Data:** 30 de abril de 2015 -----

**Abertura da reunião:** Dez horas e trinta minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da assembleia municipal de Armamar, Mário Torres Marta, deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Maria do Carmo Sousa Ferreira, desempenhado as funções de 1.ª secretária e Ricardo Soares Carvalho Pereira da Fonseca 2.º secretário.

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

A mesa da assembleia municipal considerou justificadas as faltas dadas na primeira e única reunião da sessão de 27 de fevereiro de 2015 a Maria dos Prazeres de Jesus Gouveia Mendonça, Rui Manuel Correia dos Santos Gaspar, Ricardo Soares Carvalho Pereira da Fonseca e do presidente da junta de freguesia de São Martinho das Chãs, Sérgio Manuel Pereira da Silva; -----

e comunicou a substituição, na presente sessão, do presidente da junta de freguesia de Fontelo, Luís Rodrigues pelo Tesoureiro, António Santos e do presidente da junta de freguesia da União de Freguesias de Vila Seca e Santo Adrião, José António Guedes, pelo Secretário, Marco Souto e de Rui Miguel Costa, por Jorge Cambotas. -----

### **Exposição e análise de assuntos gerais de interesse para a autarquia -----**

O Hospital de Proximidade de Lamego, pela voz da doutora Lúcia Marinho, adjunta da direção clínica, fez a apresentação dos diversos serviços e valências daquele hospital. Apresentou os desafios a curto prazo, destacando-se entre outros a TAC e “o serviço de internamento domiciliário”, um projeto pioneiro em Portugal, apresentado recentemente na ARS Norte. -----

O **presidente da assembleia municipal**, propôs, antes da ordem do dia, um voto de pesar pelo falecimento dos ex-autarcas Francelino Gouveia e Manuel Carrulo, respetivamente nas freguesias de Tões e Santa Cruz. -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra os seguintes membros: -----

**Paulo Proença**, abordou o tema das redes viárias que se encontram em estado de degradação. Referiu que algumas delas chegam a causar grandes danos em viaturas que por lá transitam, podendo provocar alguns acidentes. Deu o exemplo da estrada que liga o Padrão ao centro de Aldeias, que está em degradação acelerada, é estreita, é muito movimentada, quer por autocarros, quer por outras viaturas e “poderemos um dia ter uma surpresa desagradável”. -----

Um outro alerta direcionado ao executivo, recaiu sobre a necessidade de ser controlado o serviço de urgências do centro de saúde de Armamar, “que funciona em horários e períodos reduzidos”, questionando a legalidade do mesmo. Disse não entender como é possível algumas pessoas deslocarem-se, à luz do dia, ao centro de saúde e não terem o direito de socorro dos profissionais de saúde que lá estão, quando qualquer um de nós que atropela alguém na estrada tem o dever de socorrer que deve ser cumprido, sob pena de punição. Referiu ter conhecimento de queixas de algumas pessoas e de que outras têm dificuldade ou medo de se queixar. Lamentou o facto de os profissionais de saúde serem tão exaustivos no cumprimento dos horários, no que concerne ao fecho do serviço, “parece um cronómetro, ou seja, a urgência fecha às 10h e a essa hora eu tenho que sair”. Reportou-se a um acontecimento na primeira pessoa que, poderá testemunhar, quando se deslocou ao serviço de urgência com a esposa, o médico que a estava a consultar olhava para o relógio e reclamava pelo facto de o computador não estar a “processar” e “entretanto, a minha esposa ficou na urgência e o médico foi embora, é de lamentar”. Concluiu, dizendo que pode haver maus profissionais noutras atividades e que isso não se pode controlar, mas quando estas situações acontecem num município subdesenvolvido, com fraco índice populacional, leva as pessoas a duvidar se vale a pena ficar no município de Armamar e que a falta de cuidados médicos primários faz com que se sintam desprotegidas. **Manuel Paiva**, deu as boas vindas ao segundo secretário, desejou as melhoras ao senhor presidente da câmara municipal e dirigiu as suas questões para o vice-presidente. -----

Através da afirmação “ o governo com a reforma dos preços da água pretende baixar os preços nos concelhos do interior e aumentá-los para quem vive no litoral”, questionou se a câmara também vai baixar os preços ao consumidor, tendo em conta que, no que diz respeito à Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, se prevê uma baixa no preço da água de € 1,77 por cada 10m<sup>3</sup> e no saneamento € 1,13 por cada 10m<sup>3</sup>, portanto, a câmara vai pagar menos por esses serviços. -----

Apresentou um estudo, onde analisou os preços por cada 10m<sup>3</sup> de consumo de água no distrito de Viseu e verificou que, em apenas dois concelhos, a água é mais cara que em Armamar. Deu o exemplo de São João da Pesqueira, Moimenta da Beira e Tabuaço que pagam cerca de metade do que se paga em Armamar, até no concelho de Viseu as tarifas são mais baixas. Disse ainda, que alguns concelhos nem sequer têm taxas de



da “violência doméstica”, que afeta tanto mulheres como homens e crianças com as quais sente mais preocupação, pois conhece os problemas a que estão sujeitas, uma vez que fez parte da comissão de proteção, durante 20 anos. Reconheceu que a comissão tem sabido resolver os problemas que aparecem e tudo tem corrido bem. Fez alusão aos vários casos de violência doméstica, exercida nas crianças e lamentou o facto dos acontecimentos terem existido e só depois se tomarem medidas para apuramento dos mesmos factos. -----

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### 1) **Análise e votação da ata da sessão de 27 de dezembro de 2014** -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com 20 votos a favor, 0 votos contra e 6 abstenções, a saber Jorge Cambotas, Ricardo Fonseca, Rui Gaspar, presidente da junta de freguesia de S. Martinho das Chãs, Sérgio Silva e os tesoureiro e secretário das juntas de freguesia de Fontelo e união de freguesias Vila Seca e Santo Adrião, respetivamente, António Santos e Marco Souto. -----

Estavam ausentes no momento da votação deste ponto os seguintes membros: Márcio Morais, presidente da junta de freguesia de Aldeias, Merceano Fernandes e o presidente da junta de freguesia de Armamar, Afonso Gouveia, ficando a assembleia a ser constituída por 26 dos seus membros. -----

#### 2) **Análise e votação da ata da sessão de 27 de fevereiro de 2015** -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com 20 votos a favor, 0 votos contra e 6 abstenções, a saber Jorge Cambotas, Ricardo Fonseca, Rui Gaspar, Maria dos Prazeres Mendonça presidente da junta de freguesia de S. Martinho das Chãs, Sérgio Silva e o secretário da união de freguesias Vila Seca e Santo Adrião, Marco Souto. -----

Mantêm-se ausentes os deputados e presidentes de junta mencionados no ponto anterior. -----

#### 3) **Contrato interadministrativo de delegação de competências da câmara municipal de Armamar para a junta de freguesia de Santa Cruz** (cujá cópia passou a constituir o anexo I à ata) -----

**O vice-presidente da câmara**, uma vez que foi enviada a minuta do contrato para todos os membros para análise, propôs a votação do mesmo. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

Mantêm-se ausentes os deputados e presidentes de junta mencionados nos pontos anteriores. -----

**4) Alteração ao PIOTADV – Errata** (cuja cópia passou a constituir o anexo II à ata) -----

**O vice-presidente da câmara municipal**, esclareceu que se trata de uma pequena alteração a dar conta de um erro que houve na transcrição do documento e pede-se a aprovação dessa alteração. -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Mantêm-se ausentes os deputados e presidentes de junta mencionados nos pontos anteriores. -----

**5) Relatório e Conta de Gerência – relatório de gestão 2014 (que passou a constituir o anexo III à ata).** -----

**O vice-presidente da câmara municipal**, reconheceu que o documento é exaustivo, mas fácil de analisar, é transparente e a quantidade de informação que está mencionada e descrita ajuda a esclarecer algumas dúvidas e se outras persistirem, mostrou-se disponível para as esclarecer. Referiu que o documento tem em anexo um facto novo, pela primeira vez as contas encontram-se certificadas pelo revisor oficial de contas, uma entidade externa ao município, isenta e que tem responsabilidades sobre informação e os pareceres que dá. No parecer do ROC são emitidas algumas considerações e onde se realça a reserva feita às contas, que no entender do executivo é para colmatar a médio prazo, com a avaliação do património. Este documento também reflete tudo o que foram as contas e a estratégia. No orçamento apresentado em 2013 para 2014, que recebeu a aprovação da maioria dos deputados, o executivo conforme se comprometeu, tentou executá-lo da melhor forma e com maior grau de percentagem, também foi dito na altura pelo presidente da câmara municipal que havia consciência do valor do orçamento apresentado, mas tiveram que ser lá imputadas todas as rubricas que tinham vindo de orçamentos anteriores e que “nos comprometíamos” no ano seguinte apresentar um orçamento mais realista e que se concretizou em dezembro de 2014 para 2015, que permite no final ser mais objetivo e ter uma melhor execução. Realçou que o executivo se congratula pela execução que foi feita, porque apesar da dimensão do orçamento, conseguiu a melhor execução dos últimos 10 anos e a melhor execução desde que o POCAL entrou em vigor. -----

Agradeceu o voto favorável do vereador Luís Pinto à prestação de contas e referiu que, também foi formulado pelo presidente da câmara municipal, em reunião de executivo, o voto de confiança que deu com a sua decisão. -----



saneamento e de resíduos e outros, taxas irrisórias. Só Lamego e Tarouca é que pagam mais pela água do que se paga em Armamar. Perguntou “por que as pessoas, por estarem em Armamar, têm que pagar mais pela água do que se residissem nos concelhos vizinhos”? -----

Em relação à obra na marginal do Douro e sobre a requalificação que foi feita, disse que a CDU de Armamar sempre defendeu uma requalificação da marginal do Douro e que, foi várias vezes assunto de programa eleitoral, uma verdadeira requalificação. No seu entendimento essa mesma requalificação deveria ter sido feita em conjunto com os municípios vizinhos, num projeto intermunicipal e que deveria abranger a maior extensão possível, desde o Pinhão até à Régua. A requalificação que o município de Armamar efetuou, ficou muito aquém daquilo que a CDU tinha no seu projeto inicial. De qualquer das formas concordou com a intervenção efetuada, ainda que numas poucas centenas de metros e com algumas dúvidas no investimento que foi feito. -----

Prosseguiu, dizendo que os € 2.007.000,00 gastos, valor que o presidente da câmara avançou na última assembleia, lhe parece muito dinheiro, para uma extensão tão pequena, mesmo sabendo que a câmara municipal pagou apenas 15% por se tratar de um projeto co-financiado. Comparou esta requalificação com a de Esposende, que tem maior extensão e onde houve necessidade de realojamento de pessoas e no final o valor da obra ficou muito próximo do nosso. -----

Em relação ao quartel da GNR, disse saber que é participado a 100% pelo MAI, mas “foram gastos mais de € 800.000,00 com a requalificação do mercado municipal para a instalação do quartel da GNR”. A pergunta que fez foi “ se a câmara municipal quisesse vender o edifício agora com as obras feitas, quanto é que lhe davam”? Referiu que provavelmente se calhar nem metade daquilo que foi gasto na obra. Diz saber que o mercado é quem faz os preços e que “todos gostaríamos” de fazer obras mais baratas, mas são valores muitíssimo altos para a realidade em si. Parece-lhe que ultimamente as obras promovidas pela câmara municipal de Armamar estão-se a revelar autênticos paraísos para os empreiteiros que as fazem. -----

Relativamente aos serviços, e no seguimento do que foi dito recentemente pelo Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiães Maduro afirmou que a reorganização dos serviços públicos, vai permitir a criação de uma loja do cidadão em cada concelho. O senhor ministro, Miguel Poiães Maduro fez estas declarações em Leiria, após a assinatura de protocolos do programa Aproximar, com 41 municípios e

4 comunidades intermunicipais, a questão que fez foi “ se já há alguma solução para Armamar, quais são os serviços que irão funcionar nesta espécie de loja do cidadão e onde é que ela irá funcionar”? Também questionou se o presidente da câmara municipal e o executivo concordam com esta estratégia de redução de serviços ou até extinção de alguns, mas encapotada. O senhor ministro disse também que estes protocolos vão permitir, que cada um dos municípios possa escolher uma de quatro soluções, lojas do cidadão, espaços do cidadão, carrinhas do cidadão e o programa porta a porta. Perguntou ainda se “ Já há, ou não alguma solução encontrada para Armamar”? -----

Por fim, referiu-se à vinda do secretário de estado a Armamar e perguntou se a variante de Fontelo vai ser feita ou não, quando é que se irá iniciar, qual o seu custo e se conseguiram ou não convencer o secretário de estado a requalificar o resto da estrada de Fontelo até Armamar como se falou na última assembleia. -----

-----  
**Vice-presidente da câmara municipal**, relativamente às questões formuladas e respondendo ao deputado Paulo Vieira, no que respeita às redes viárias, disse que a câmara tem conhecimento e consciência da deterioração que as estradas apresentam e que já se fez um levantamento da situação. Referiu que o atraso na reparação das mesmas se deve ao facto de o antigo fornecedor de massa betuminosa Francisco Marinho, ter fechado a pedreira de Fontelo, pelo que houve necessidade de recorrer a outro fornecedor de Vila Real que não tem produção contínua para venda. Aguarda-se a fase em que irão produzir algum volume dessa massa, que será nas próximas semanas, para se poder colmatar essas situações. Acrescentou que em relação à marcação das estradas, assunto várias vezes discutido em assembleia municipal, estão em estudo várias hipóteses, desde a compra de uma máquina que poderá fazer esse trabalho e que em termos de contratação poderá reduzir os preços em 50% ou através do pedido de apoio à câmara de Lamego, que tem uma máquina que faz essas pinturas e com certeza com maior celeridade poderão dar uma resposta. -----

Em relação às urgências lamentou o sucedido e disse que o executivo irá analisar o assunto e quando for oportuno, dar a melhor resposta. -----

Passando às questões do deputado Manuel Paiva, quanto aos preços da água, reportou-se ao que tem acontecido com a Águas de Portugal, mais concretamente a Águas de Trás os Monte e Alto Douro, que tem apresentado propostas aos vários municípios

que têm sido discutidas na CIMDOURO, para a contratação quer em alta quer em baixa. Os municípios não chegaram a acordo com a Águas de Trás os Montes e Alto Douro, por ter sido recentemente incorporada na Águas do Norte de Portugal e porque as propostas que a Águas de Portugal apresentou a cada município não eram consistentes, não eram as mais sérias e não eram aquelas que poderiam beneficiar mais a região. Relatou que a CIMDOURO recentemente mandou fazer um estudo sobre o sistema de abastecimento de águas e saneamento e concluiu-se que todos os municípios deveriam partir para um estudo mais pormenorizado e os 19 municípios constituir uma empresa, semelhante à Águas de Portugal, agora Águas do Norte de Portugal e substituir-se à mesma. Já foi apresentado um cronograma desse estudo que levará cerca de 16 meses, que a iniciar-se no início do mês de maio terminará em agosto do próximo ano, a que todas as câmaras aderiram. Esse estudo será apresentado às assembleias municipais para análise e virá acompanhado de um estudo prévio, elaborado pelo doutor Nuno Cardoso, ex. presidente da câmara municipal do Porto sobre a sua viabilidade e dará a cada município oportunidade de dizer se quer ou não. Se os municípios constituírem esta empresa, haverá uma grande poupança e melhores preços de água, que se irão refletir nos preços imputados aos munícipes. ----- Em relação à questão de sermos o terceiro concelho que mais cobra, adiantou que foram as taxas e os valores aprovados na altura em assembleia municipal e certamente os melhores preços que podiam ser praticados. ----- Sobre a obra da marginal do Douro, não quis discutir o valor da obra, por não ser técnico e por todos saberem que esse processo foi aprovado pelo tribunal de contas e porque os preços foram devidamente analisados pelas entidades competentes. ----- Relativamente ao Quartel da GNR disse que os procedimentos são os mesmos, este foi participativo a 100% e o edifício com as obras realizadas ficou valorizado. ----- Estranha certas afirmações, porque até há pouco tempo atrás o problema era a GNR não ter condições para ficar em Armamar, comentava-se que ia embora, agora que fica levantam-se outras questões que também respeita mas, para o município é considerada uma valorização sem custos. ----- Da reorganização dos serviços públicos, de momento, desconhece a intervenção feita pelo Ministro Miguel Poiães Maduro, mas como já foi dado a conhecer pelo presidente da câmara municipal, foi feito recentemente um protocolo com a agência para a modernização administrativa. Referente às quatro soluções apresentadas não

houve qualquer proposta e quando for oportuno quer em reunião de executivo e depois em assembleia municipal se fará a comunicação mas, o que é certo, naquilo que estiver ao alcance do executivo se tomarão todas as providências necessárias. -----

Variante de Fontelo, afirmou que esteve cá o secretário de estado, que transmitiu que a obra de Fontelo irá ser lançada a concurso até final do ano. Colocou-se a questão quanto ao facto de haver eleições legislativas se o processo iria ser ou não alterado consoante os resultados dessas mesmas eleições, “garantiram-nos que não”, que o processo é irreversível, vai ser lançado o concurso ainda este ano para em 2016/2017 a obra ser finalizada. Também ficou o compromisso por solicitação do município, que se fizesse a requalificação da estrada do Padrão até à saída de Fontelo, com uma pequena camada de alcatrão. -----

**Hernâni Almeida**, quis esclarecer o deputado Manuel Gaspar em relação aos valores da obra de requalificação da zona ribeirinha da Folgosa, dizendo que a obra custou com IVA € 2.007.000,00, ficou abaixo do orçamento que foi aprovado por 14 entidades e é uma obra específica, de engenharia de hidráulica complicada, teve que ser feita no leito do rio com betão armado, levou uns materiais nobres que os homens do ambiente exigiram, cerca de 1 km de enrocamento dentro do rio e que ficou abaixo do orçamento que foi feito por entidades públicas. -----

Considerou esta requalificação uma mais valia para o Douro, por ser uma obra que está muito bem feita, com muita qualidade, que deve ser motivo de orgulho para todos. -----

Manifestou o seu contentamento pelo facto da EN 222, ter sido considerada a melhor estrada do mundo para conduzir, distinguida com o título de “World Best Driving Road”, no entanto fez uma ressalva ao executivo, no sentido deste ter uma atitude dura com a imprensa e com as entidades que referem que a estrada é Régua/Pinhão, quando a 222 faz a ligação entre Vila Nova de Gaia e Almendra (Vila Nova de Foz Côa) e nem sequer passa no concelho da Régua. Fez saber ainda que 50% deste traçado é no concelho de Armamar. -----

Relativamente a esta distinção referiu que vem reforçar a vontade dos presidentes de câmara de Armamar, S. João da Pesqueira, Tabuaço e Lamego, que querem dar continuidade à obra, vão apresentar um projeto conjunto, pelo menos é essa a ideia do engenheiro Ricardo Magalhães e da CIMDOURO, para requalificar aquela estrada toda,





que aliás não é uma coisa nova, é um projeto que já vem de trás e quando “temos algo que é único no mundo, temos que o valorizar”. Ainda em relação ao custo da obra explicou que vai ser comparticipada pela EDP e também pelo governo, que ficou de dar 200 mil euros através da Estradas de Portugal. -----

Quanto ao quartel da GNR referiu que o deputado devia dar os parabéns ao executivo, que teve a suprema inteligência de requalificar um edifício todo, sem custos para o município. -----

**Maria dos Prazeres Mendonça**, das questões que trazia para pôr ao executivo, uma delas foi colocada pelo deputado Manuel Paiva, sobre a variante de Fontelo. Pretendia saber se tinha sido indicada a data do começo da empreitada e para quando estaria prevista a sua execução completa. -----

Disse que não concorda com a opinião de algumas pessoas que dizem que, quando se faz uma obra numa freguesia, a obra é só dessa freguesia e deu o exemplo da obra de Requalificação da Marginal da Folgosa, que já teve oportunidade de ver e até de fazer o percurso pedonal, que lhe deu muito prazer por estar uma obra muito bonita e bem feita. Referiu ainda que aquela obra não é da Folgosa, é do concelho de Armamar. -----

A segunda questão foi sobre os edifícios das antigas escolas do 1.º ciclo, “se já existem soluções”. Referiu que se nada for feito, dado o abandono a que estão sujeitas, 80%, no prazo de 1 ano, estarão “por terra”. Deu os parabéns aos presidentes de junta de S. Romão e Queimadela, pelas obras que fizeram, reforçando o aproveitamento que foi feito na escola de Queimadela. Fez referência também à antiga escola da Lapinha, pela qual tem muito carinho, que a fez deslocar-se muitas vezes a Viseu com o presidente de câmara da altura, o senhor Manuel Pinto de Queimada para conseguirem que fosse construída. Diz ter ficado admirada quando há tempos passou por lá e viu a casa bonita em que se transformou. -----

Deu os parabéns pela obra do quartel da GNR, referindo que “ainda bem que alguém se lembrou de fazer alguma coisa de jeito, naquele “elefante branco” que tínhamos plantado no cimo da vila”. Disse que já teve oportunidade de passar por lá, na sua opinião está uma obra muito bem feita e o edifício ficou mais bonito e valorizado. -----  
Referiu gostar muito da sua terra e do seu concelho onde vive e manifestou-se contente com a reestruturação que estão a fazer nas duas ruas de Armamar. -----  
Felicitou o executivo pela contratação de técnicos competentes e trabalhadores. Até poderia “jurar” que hoje há um técnico nesta casa que gosta mais de Armamar que da

terra dele. Deu os parabéns ao arquiteto Renato e agradeceu-lhe pela amizade e pelo trabalho que tem feito por todos os munícipes. -----

Elogiou o trabalho feito na limpeza das valetas, o que já não acontecia algum tempo, principalmente à entrada da vila de Armamar, que se verifica que estão sempre limpas.-  
Agradeceu a plantação de árvores na sua freguesia de Fontelo e em todo o concelho, que considerou um miminho, referindo que há pequenos pormenores que devemos valorizar e por vezes isso não acontece. -----

Em relação à estrada 222, disse ser uma honra para Armamar ter uma estrada que foi considerada a melhor do mundo em condução e no envolvimento paisagístico. -----

Fez referência a um estudo efetuado em 24 concelhos do distrito de Viseu, que pretendia apurar qual o concelho em que os idosos estavam mais abandonados e isolados, onde não apareceu Armamar, portanto não “estamos” assim tão mal. -----

Por fim e pedindo desculpa para o facto de cometer alguma inconfidência, referiu-se à reestruturação da avenida Ribeiro de Almeida em Fontelo, uma obra que fez sofrer principalmente uma pessoa que conhece bem, que lhe provocou stress que nunca viu em ninguém. Estavam-se a aproximar as festas de Fontelo, em honra de S. Domingos que na sua opinião, tirando o João de Armamar é a melhor festa desta região e a obra não “andava nem desandava”. Felizmente conseguiram concluí-la antes da festa começar. Desconhece se foi feita alguma candidatura para essa obra, que foi visitada por uma entidade do estado, para ver se tinha sido realmente realizada. A pessoa que veio ficou encantada, gostou imenso da obra, à qual atribuiu pontuação máxima na qualidade. -----

**Joaquim Duarte**, fez a intervenção, cujo teor se transcreve: -----

“Senhor presidente da assembleia municipal, senhores membros da mesa da assembleia, senhor vice-presidente da câmara municipal e restante vereação, senhores deputados municipais, minhas senhoras e meus senhores: -----

Lamento que esta assembleia municipal não se tenha realizado no dia 25 de abril, porque marcava de forma indelével a comemoração da revolução que restitui a todos os portugueses, repito, a todos os portugueses a liberdade, por isso a mesma pertence a todos e não somente a alguns. Ao mesmo tempo poderíamos também comemorar um ato significativo da democracia portuguesa, do qual passaram no dia 25 de abril quarenta anos. Estou a referir às primeiras eleições livres com sufrágio universal realizadas em Portugal. Saliento que as mesmas eleições registaram uma percentagem



de votantes bastante significativa, 91,7%, apesar na época, alguns setores da esquerda radical conjuntamente com o MFA apelarem à abstenção e ao boicote eleitoral. Pensarão alguns, e estarão no seu direito, que este assunto não é de interesse concelhio, porém, para pudermos expressar-se livremente aconteceu o 25 de abril, e sobretudo aconteceu passado um ano, a realização da primeira eleição livre com sufrágio universal. Esta eleição e a ação das forças verdadeiramente democráticas impediram a adoção de um modelo coletivista, numa via marxista-revolucionária. Sabe quem viveu naquele tempo defrontou-se com o denominado “Verão quente” e a fase mais radical do PREC que felizmente terminou com o golpe militar falhado a 25 de Novembro de 75. Terminou então a vontade de alguns de procurarem implementar em Portugal uma denominada “democracia popular”, idêntica a outras que cerceava a liberdade nos países do leste da Europa. -----

Mas para se cumprir a abril, abril de todos os portugueses, no nosso concelho e apesar da resposta bastante satisfatória que temo a nível social, não podemos esquecer os jovens portadores de deficiência que necessitam de uma resposta adequada quando atingem a idade de 18 anos e não podem continuar na escola. Não podemos deixar as famílias desamparadas, sem apoios, sem uma solução, quando sabemos nós, ao juntar-se algumas sinergias, conjugar alguns interesses, e sobretudo olharmos para o próximo, somos capazes dentro do nosso concelho encontrar soluções, haja para isso vontade. Devemos estar cientes da importância do desenvolvimento das competências sociais e emocionais para o desenvolvimento de uma criança ou jovem portador de deficiências, por isso é importante criar condições que lhe proporcione bem-estar e ao mesmo tempo eliminar fatores que lhe provoquem ansiedade, comportamentos de risco, problemas comportamentais, ou seja, proporcionar um ambiente adequado ao seu desenvolvimento. Sei que não depende somente do município, mas se as instituições existem é para cumprirem o seu papel, para apoiarem as populações, principalmente aqueles que mais necessitam. Durante a vida escolar destes jovens portadores de deficiência a resposta do município tem sido excelente, desde criar condições e resposta imediata para a mudança da Unidade de Apoio à Multideficiência, prolongamento do apoio com atividades após o término das aulas, ação que se deve ao senhor vereador da educação. -----

Então vamos dar o passo seguinte. -----

Sei que alguns aqui vão falar em números, o que se cumpriu, e o que não se cumpriu,

eu prefiro falar nesses jovens, por respeito a eles não menciono os seus nomes, mas pelos quais nutro o maior carinho, o maior respeito, porque são seres humanos como eu. Por isso, peço que dentro do nosso concelho que se encontre uma solução adequada para estes jovens portadores de deficiência que responda às suas necessidades e das suas famílias. Por isso, mais uma vez, mais importante do que aquilo que nos acontece é aquilo que fazemos realmente acontecer. Por eles e por nós... Tenho dito". -----

**Vice-presidente da câmara**, agradeceu a explicação do deputado Hernâni Almeida quanto ao custo da obra de requalificação da zona ribeirinha da Folgosa, que tão bem conhece o projeto, uma vez que o iniciou enquanto presidente da câmara municipal. Quis ser mais preciso nos números e através da conta corrente de terceiro, referiu que o valor da obra final situa-se nos € 2.127.000,00, a parte participada elegível foi cerca de € 1.800.000,00, dos quais se recebeu uma participação de € 1.530.000,00, os € 537.000,00 foram financiados através do empréstimo de cerca de € 360.000,00 e o restante como referiu o senhor deputado será participado pela Estradas de Portugal em € 200.000,00. Fez saber que a obra a 31 de dezembro, na parte que dizia respeito à participação teve que ser terminada, quer física, quer financeiramente. Concluiu dizendo que a participação do município nesta obra, são cerca de € 370.000,00. -----

No que respeita ao quartel da GNR, aproveitou para dizer e completar que a obra está 90% financeiramente paga, falta receber cerca de € 90.000,00 que se espera que seja durante o mês de maio. Quanto ao estado físico, já foi fornecido o equipamento e o mobiliário, já foi alcatroado o exterior, está em fase de conclusão. Agradeceu a intervenção da deputada Maria dos Prazeres e quanto à obra da variante de Fontelo disse, que o secretário de estado presenciou as situações que, diariamente, lá se verificam com trânsito, também esteve à espera que alguns camiões passassem e o autocarro, portanto também pode ver os constrangimentos que existem. Esclareceu que o secretário de estado não veio em nenhuma visita ao concelho, veio visitar especificadamente e tratar com o executivo o lançamento daquela obra e verificar, dado que também lhe diz respeito, a obra da Folgosa. Não veio em nenhuma visita de estado, mas sim de trabalho, "se era a isso que se referia". -----

Fez saber que as árvores que se plantaram foram oferecidas por um conterrâneo, o



senhor Manuel Lopes de Lumiares que tem um viveiro em Miranda do Corvo, a quem agradeceu pessoalmente e em nome do município. -----

Respeitante à requalificação da avenida Ribeiro de Almeida em Fontelo, disse ter sido vistoriada pelo engenheiro Ricardo Magalhães. Foi uma obra efetuada através do programa Overbooking, foi aprovada, foi vistoriada, o engenheiro Ricardo Magalhães ficou encantado, deu nota 10 pela realização da obra, pelo enquadramento que teve e como foi feita. -----

Sobre as escolas encerradas, disse que o município tem consciência do que se passa. Referiu que das de Vila Seca e Goujoim, o município não “abre mão”. Para Goujoim já houve um projeto ao nível da Associação Beira Douro para um Museu Escola que não foi aprovado, mas não está esquecido e quando houver oportunidade irá ser lançada uma candidatura para de facto a requalificar. Quis dizer frontalmente que a escola é do município de Armamar, e não como se comenta, que foi feita uma doação pelo comendador Gouveia. Da escola de Vila Seca, disse que está entregue à junta de freguesia, por solicitação da mesma. -----

Em relação às restantes escolas foram consultadas todas as juntas de freguesia, à medida que as escolas iam encerrando, a quem foi dada prioridade sobre o que pretendiam fazer, através de um contrato de comodato de no mínimo 25 anos. As freguesias que não manifestaram interesse, cederam-se a outras entidades, nomeadamente associações culturais, como Contim que é um bom exemplo do que foi feito, não desvalorizando as outras, mas a Associação Desportiva e Cultural de Contim fez uma boa opção, pois tinham comprado um edifício já bastante deteriorado para fazer a sua sede, pediram à câmara um subsídio para participar a construção, entretanto fizeram o pedido de cedência da escola e com a venda do imóvel realizaram as obras, deixando de ser necessário a câmara dar-lhes qualquer outra participação. -----

Referiu ainda, que na altura e depois de ouvidas as juntas de freguesia que, responderam negativamente, foram contactadas as unidades de Turismo Rural para fazerem uma parceria com a câmara municipal, mas não se obteve qualquer resposta. Ultimamente decidiu-se em conjunto com os presidentes de junta, dado as escolas se estarem a deteriorar e dado o município não ter possibilidades a curto prazo de as recuperar, partir para a venda de algumas escolas, cuja avaliação está a ser feita e terminada, porque realmente há pretendentes. O executivo prefere ver estas escolas

recuperadas e estimadas, do que abandonadas e com outros problemas, mas impõe algumas regras de preservação das fachadas frontais e laterais. Ressalvou que as que se pretendem vender são as que estão fora do plano centenário, que se assemelham a habitações. -----

Quanto à intervenção do deputado Joaquim Duarte, em relação à comemoração dos 41 anos do 25 de abril, reteve o que foi dito, que servirá de alguma reflexão para o executivo e a assembleia municipal. Afirmou que as comemorações do 25 de abril, como já é tradição, são da organização da junta de freguesia de Armamar, e que o executivo por convite se associa às mesmas e quis respeitar o que vem sucedendo nos anos anteriores. Pôs a hipótese de se refletir e analisar essa situação que se for vontade de todos também se poderá alterar. -----

Referente às questões sociais, mais concretamente dos jovens portadores de deficiência ao nível da educação, passou a palavra à vereadora Cláudia Damião, dado ser um assunto do seu pelouro. -----

-----  
**Vereadora Cláudia Damião**, felicitou o deputado Joaquim Duarte por trazer este tema à assembleia municipal, afirmando ser a principal problemática social atualmente no concelho. Referiu o trabalho realizado desde o ano 2005 com o levantamento das necessidades do concelho e a caracterização das principais problemáticas no diagnóstico social elaborado no âmbito Rede Social. Nessa altura as principais problemáticas identificadas eram as relativas à terceira idade e infância. No plano de desenvolvimento social, a deficiência já aparecia como uma das problemáticas no concelho, descobriu-se que 5% da população era portadora de deficiência – física e mental onde se inclui a deficiência proveniente de demências. Fez-se a sinalização das localidades com maior prevalência e verificou-se que há crianças e jovens que estão, exclusivamente, à mercê dos cuidados familiares, sem terem uma resposta devidamente organizada, no entanto não foi criada resposta, apenas o primeiro observatório da deficiência no concelho. Esse observatório constituiu a base de trabalho para junto da Segurança Social ser feito o alerta para uma eventual solução, mas a resposta obtida por este organismo ia sempre no sentido de uma solução de natureza supra concelhia por ela ser uma valência muito dispendiosa. Pela constatação de factos, pelo confronto com diversas realidades e por todas as diligências efetuadas, gradualmente, conseguiu-se que a segurança social alterasse o discurso. Há jovens que



não conseguem locomover-se em transportes públicos e os outros, a ser transportados para Lamego, Régua e Moimenta da Beira é com o esforço que o município tem feito. -----

No último plano de desenvolvimento social, a deficiência foi identificada como a principal problemática do concelho e está consagrada naquilo que se pretende no alargamento das respostas sociais no âmbito da deficiência e que a Segurança Social subscreveu. -----

Referiu existirem, porém, obstáculos que são o facto de a segurança social não estar a celebrar acordos/protocolos com entidades/instituições e uma valência como esta só é possível funcionar com a ajuda da Segurança Social. Acrescentou que o município nesta matéria não tem competências de intervenção, (apenas agilizar naquilo que é o licenciamento destes equipamentos) não estão delegadas totais competências no âmbito da saúde e da segurança social e portanto “temos que continuar a recorrer-nos daquilo que é a iniciativa, a pró atividade e o empreendedorismo social das instituições particulares de solidariedade social”. A título de esclarecimento informou de que antes da abertura da ASDRA, em Arícera, ainda se tentou, uma vez que existia um equipamento novo e uma vez que as respostas para o apoio domiciliário não estavam esgotadas ao nível das outras instituições, influenciar os decisores na segurança social para que a resposta de CAO – Centro de Atividades Ocupacionais pudesse funcionar em Arícera e os acordos que iriam ser celebrados para o apoio domiciliário e centro de dia serem vertidos para a área da deficiência. Não foi possível, considerou a segurança social que estas crianças e jovens não deveriam ser estigmatizados e isolados da sociedade e a resposta que existisse teria que ser forçosamente no centro da vila de Armamar para permitir que houvesse uma plena integração social. Esclareceu que o ponto da situação nesta matéria é a vontade da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso em assumir a valência, manifestou-o já, junto da segurança social, após libertar o espaço em que funciona atualmente o lar e desde que tenha acordo. A segurança social só atribui os acordos se a instituição tiver as condições para a resposta funcionar e a instituição para refuncionalizar o edifício tem que recorrer a candidaturas aos programas comunitários, mas em sede de análise só é aprovada caso já existam acordos com a segurança social - gera-se aqui um ciclo vicioso da não resposta que tem atrasado aquilo que era a agilização do funcionamento da valência. O município tentou pedir a redistribuição dos acordos pois as vagas dos jovens do concelho a

frequentar as instituições dos concelhos limítrofes poderiam ser atribuídas a Armamar, mas tal não foi possível. Para terminar, disse estar agendada uma reunião com o diretor da segurança social de Viseu e com a Fundação Gaspar e Manuel Cardoso com visita às instalações para consertar um entendimento e uma ação estratégica. Lamentou a ausência de resposta a curto prazo, sobretudo quando o Agrupamento de Escolas fez chegar ao município que o ministério da educação deixou expressamente de permitir que as crianças e jovens, que estão integrados na Unidade de Apoio às Multideficiências que completaram os 18 anos de idade, vão ter que abandonar as instalações e os cuidados que tinham na unidade, com a agravante que procurassem resposta junto da segurança social e do centro de emprego.-----

**Vice-presidente da câmara municipal**, valendo-se de um estrato que tinha em mãos, referente à obra de requalificação da zona ribeirinha da Folgosa, disse que o valor foi € 2.127.000,00. Este valor corresponde ao custo da obra e os cerca de € 1.800.000,00 a multiplicar por 85% dá € 1.530.000,00, que a deduzir ao outro montante, os cerca de € 363.000,00 do financiamento, é o remanescente do valor não participado que será assegurado pelos € 200.000,00 mil euros que serão transferidos pela Estradas de Portugal. Portanto, números muito redondos, o valor suportado pelo município de Armamar, corresponde aos cerca de 15%. -----

**Apreciação da informação escrita acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira** (cujo original passou a constituir o anexo I à ata) -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra os seguintes membros: -----

**Maria dos Prazeres Mendonça**, diz não vir falar, propriamente, do documento em questão mas, focar-se no tema “Comissão de Proteção”. No seu entender, vivemos num cantinho onde não acontecem problemas muito graves. No entanto, verifica-se que neste país não acontece o mesmo, pois, os problemas são cada vez mais e mais graves. Alertou para o envolvimento de todas as pessoas na resolução deste drama a fim de que o país possa seguir o rumo certo. Referiu que se diz que a culpa é da crise que se vive mas, tem muito mais medo de viver num país onde a corrupção impera e, “onde não se olha a meios para atingir os fins”. Fez alusão à existência de muitas “comissões de proteção”, mas que, no fundo, tudo continua igual. Referiu o problema





Acrescentou que o relatório de gestão também contém o relatório do PAEL. -----  
Mostrou-se disponível, bem como os técnicos presentes, para prestar os esclarecimentos necessários. -----  
-----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

**Manuel Paiva**, salientou que a análise do documento não foi fácil, por ser muito técnico. Antes de iniciar a sua intervenção sobre o documento de prestação de contas teceu algumas considerações que julgou importantes. Disse que esta foi a primeira vez que o documento chegou com 7 dias de antecedência, ainda que por via e-mail, realçando que houve mais tempo para o avaliar e analisar, o que considerou de muito positivo; a segunda consideração, tal como já havia sugerido várias vezes, o documento desta vez foi distribuído em papel por cada grupo parlamentar; a terceira consideração tem a ver com a qualidade gráfica do documento, desta vez ao contrário dos anteriores não tem tabelas, nem gráficos completamente elegíveis, o que mostra uma evolução na qualidade e quantidade de documentos que foram distribuídos. Em relação à análise do documento propriamente dita, concluiu que “o orçamento executado ficou pela primeira vez acima dos € 10.000.000,00”. -----

Continuou e disse que a câmara nunca recebeu tanto dinheiro como em 2014 e tal facto só foi possível devido ao aumento dos impostos, em particular do IMI e derrama que tiveram um aumento substancial, mas também com o elevado custo dos serviços que o município presta, como é o caso da água, o saneamento, etc. Fez referência às transferências da administração central e dos fundos comunitários, que somados, fizeram com que 2014 num contexto de crise fosse o ano em que chegou mais dinheiro à câmara municipal de Armamar. Acrescentou que, se foi o ano em que chegou mais dinheiro à câmara municipal de Armamar, foi também o ano em que fez mais despesa. -----

Criticou o facto de em relação à receita se perceber a sua origem e do lado da despesa ter alguma dificuldade em ver onde foram aplicados os mais de € 10.000.000,00, uma vez que a maior parte deste dinheiro não chegou às pessoas. Olhando para 2014 e fazendo uma análise justa, questiona que investimentos relevantes foram feitos em 2014 que tenham chegado realmente às pessoas. -----

Analizando o documento com mais detalhe diz que ao somar os elevados encargos com a dívida, a despesa que é gasta para pôr a “máquina da câmara municipal” a

funcionar, as despesas com pessoal, as despesas com o edifício, a despesa com a piscina municipal coberta, com os transportes, com as comunicações, com a parceria público privada, sobra muito pouco para investir nas pessoas. Salientou que faz prova daquilo que diz, o facto de sempre que é necessário um investimento em tenha que se pagar por exemplo 15%, não há liquidez e recorre-se ao crédito. A câmara municipal de Armamar, vive sufocada com os encargos da dívida e com os pagamentos que tem contratados, que nem sempre os consegue cumprir, fazendo com que depois pague taxas de juros de mora altíssimas. Deu o exemplo daquilo que estava contratado no PAEL, que houve ali uns atrasos nos pagamentos, mas também sobre o que se deve à Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, uma dívida enorme e que ainda se estão a pagar juros altíssimos sobre a estratégia que foi seguida na altura. -----

Sobre a taxa de execução que o vice-presidente falou, verificou alguma evolução, ainda assim abaixo dos 85%, que faz disparar um alerta que pode ter consequências gravosas em termos de receita. -----

Fez referência às previsões do executivo que indicavam € 14.200.000,00 e no final executou apenas € 10.002.000,00, havendo portanto um desvio de cerca € 4.000.000,00 que é significativo. -----

Continuou pedindo esclarecimento sobre os montantes gastos com a educação, ordenamento do território, indústria, energia e transportes e comunicações. Este últimos que o deixaram surpreendidíssimo por perfazerem um valor tão elevado. -----

Questionou também a despesa de outras funções diversas não especificadas, que lhe pareceu um montante bastante elevado para não estar especificado. -----

Em relação à dívida a fornecedores verificou que aumentou, quebrando assim um ciclo de baixa desde 2008. -----

Disse que o executivo atribui a culpa à adesão ao FAM, mas consultou a legislação sobre essa matéria e o que diz a Lei 73/2013, no artigo 61º, é que “o município não é obrigado a aderir ao FAM, só é obrigado aderir se estiver em rotura financeira”. Portanto a câmara municipal de Armamar só aderiu ao FAM porque se encontrava em rotura financeira. -----

Prosseguiu para o quadro das amortizações, de quase € 1.000.000,00, no entanto apesar desta amortização, a dívida total diminuiu apenas € 216.000,00. Observando-se a evolução da dívida de empréstimos bancários, conclui-se que apesar desta amortização e de se pagar um montante elevado de juros, a dívida deveria ter



encolhido um pouco mais. Nota que há um esforço em controlar e gerir a dívida, que “é sufocante”, como disse no início, no entanto ela está a diminuir muito lentamente. Mais à frente o documento refere que a 01/01/2014, o executivo tinha ultrapassado o limite de endividamento em mais de € 400.000,00 e que depois a 31 de dezembro de 2014, esse limite de endividamento tinha sido corrigido e até já havia um saldo positivo de € 147.000,00. Questionou o porquê de, o que está descrito nas contas de 2013, no relatório de gestão, não ser o mesmo que vem escrito neste relatório. Em 2013 está escrito que a câmara tinha cumprido o limite de endividamento e passou a ler “da análise da informação ao endividamento municipal, verifica-se que o município está a cumprir com os limites legais aplicáveis, apesar da diminuição das suas receitas, em especial as provenientes das transferências do orçamento de estado”, constata-se ainda que o município em 2013 tinha um endividamento líquido abaixo do limite imposto legalmente, ou seja tinha uma folga de € 1.003.000,00. -----

Disse-se surpreendido pelo facto de a 31 de dezembro de 2013 a câmara ter cumprido os limites de endividamento e até havia uma folga de mais de € 1.000.000,00 e como é que no dia seguinte afinal esse limite tinha sido ultrapassado largamente em mais de € 400.000,00. Ficou com dúvidas em relação aos números que foram apresentados a 31 de dezembro de 2014 e se não serão uma surpresa para ano, quando a 1 de janeiro de 2015, afinal o limite for diferente, tal como aconteceu em relação a 2013. -----

Sobre o aumento da despesa com o pessoal, que entre outras razões foi afirmado que esse aumento se devia ao acréscimo das remunerações dos órgãos autárquicos, a pergunta que fez foi “qual órgão autárquico”, “de que trata afinal este aumento”? Questionou se é pela existência de mais um vereador a tempo inteiro do que a Lei sugere, ou por causa do gabinete de apoio à presidência. Na sua opinião um presidente e dois vereadores a tempo inteiro chegavam perfeitamente, o GAP podia muito bem deixar de existir e dava-se assim um contributo às contas nesta rubrica. -----

Da parceria público privada perguntou quais foram os resultados obtidos em 2014 provenientes desta parceria, uma vez que não estão mencionados, se houve lucros, ou prejuízos e quais foram os resultados apurados. Também quis saber se os membros do conselho de administração da Armamar Viva, têm ou não vencimento. -----

**Jorge Rodrigues**, considerou que houve uma melhoria na taxa de execução orçamental. Relativamente às despesas destacou pela negativa a aquisição de bens e serviços e os compromissos por pagar. Denota que houve uma diminuição do passivo

a médio e longo prazo, mas houve um aumento do passivo a curto prazo, com realce para as elevadas quantias com dívidas as fornecedores, conta corrente e fornecedores de imobilizado. Referiu tratar-se de uma situação insustentável que só poderá ser resolvida provavelmente com recurso a medidas de saneamento financeiro, troca de IVA, ou mais endividamento a fornecedores de curto prazo, como financiamento a médio e longo prazo. Em suma considerou que há um elevado montante de compromissos por pagar, fraco investimento nas funções económicas, na agricultura, no comércio e no turismo. Falta de medidas para redução da despesa, na rubrica do fornecimento de serviços externos e elevado montante de dívida a curto prazo. -----

**Hernâni Almeida**, deu os parabéns ao executivo mas aconselhou, “embora não haja tradição a nível autárquico, que se crie uma unidade de apoio orçamental, como existe na assembleia da república, de forma a evitar as intervenções prolongadas e para esclarecimento de dúvidas”. -----

Discordou do deputado Jorge Rodrigues, quando referiu que a câmara municipal precisa de equilíbrio financeiro, uma vez que o executivo é transparente nas contas. -- Fez referência ao facto de antes os orçamentos serem maiores, porque a Lei não permitia que se fizessem acordos de pagamentos com alguns fornecedores e com algum endividamento e agora só conta o prazo, ou a verba a pagar no ano em que a dívida é feita. Realçou que no geral os encargos com a dívida e com juros são hoje um terço daquilo que eram há 2 ou 3 anos. -----

Informou que em dezembro de 2015 vai deixar de ser presidente da Armamar Viva e esclareceu que ninguém da administração ganha absolutamente nada, nem sequer senhas de presença. -----

Fez saber que renegociaram, recentemente, as taxas de juros com a banca, para muito melhor e disponibilizou-se para esclarecer os mitos que existem acerca desta parceria. Pediu ao deputado Manuel Gaspar para estar mais atento ao que se passa à sua volta, em relação aos municípios que não estão a cumprir a Lei, que prestam serviços que não são pagos. “Isto é crime”, os presidentes de câmara podem ser corresponsabilizados na má gestão, como é o caso do lixo, da taxa de saneamento e o caso de venderem água com prejuízo financeiro para a autarquia. -----

Deu, uma vez mais, os parabéns ao executivo de Armamar porque ao contrário do que se diz, investe nas famílias ao a dar a todos 5% do IRS, apoios nos transportes, na alimentação ou nos livros dos alunos, entre outros apoios. -----



Referiu que o aumento da despesa nos vencimentos dos órgãos autárquicos, se deve ao facto de enquanto presidente da câmara municipal não receber o vencimento por parte do município. -----

**Ricardo Fonseca**, considerou espantoso como algumas famílias políticas acham que detêm o monopólio de representar as pessoas, fazendo-se paladinos da defesa dos pobres e oprimidos. -----

Discordou do deputado Manuel Gaspar, quando este acusou o executivo de fazer gastos excessivos que não chegam às pessoas, quando mencionou rubricas como a dos transportes, num município que assegura o transporte a todos os seus alunos e prescinde de 5% da taxa de IRS das famílias. Ao que disse dos encargos com o pessoal sugeriu que apresente propostas em vez de críticas, porque desconhece haver alguma proposta feita em assembleia municipal por parte do senhor deputado. “Proponha que se despeçam funcionários do município, para depois vir criticar o aumento da taxa de desemprego neste concelho”. -----

Pedi ao deputado para se deixar de críticas de destruição em todas as assembleias, criticando a “torto e a direito”, mas não apresentando uma medida para resolver seja o que for e que deixe de destratar quem cá vive, quem cá estuda, quem cá trabalha e quem cá cria riqueza. -----

Deu os parabéns ao executivo, pela execução orçamental, pelas contas certificadas que é muito importante e por tudo que têm feito. -----

Elogiou a atitude do vereador do CDS, Luís Pinto, “porque não é só a criticar, a ser negativo que fazemos as coisas, é sim tendo atitudes de nobreza e de carácter e efetivamente fazer com que o nosso município seja cada vez mais o melhor exemplo”.-

Disse ainda ao deputado Manuel Gaspar que gostava que tivesse consciência de que vereadores a tempo inteiro mais do que aqueles que a Lei consigna e gabinetes de apoio à presidência têm todos os municípios comunistas com a dimensão do município de Armamar. -----

**Vice-presidente da câmara municipal**, agradeceu as considerações feitas pelo deputado Manuel Gaspar. -----

e passou a responder às questões relacionadas com a despesa no que respeita ao valor gasto com educação, incluem-se os transportes escolares, refeições, todas as despesas que são da competência do município em matéria de educação e algumas que não sendo da sua competência também oferece, o que comprova que o município vai ao

encontro das necessidades das pessoas. Estão englobados os prémios de mérito escolar nas várias áreas, está também o apoio aos alunos em material escolar e a frequência dos alunos na Universidade Júnior que é suportada pelo município. -----

No que diz respeito ao montante gasto em indústria e energia, refere-se à iluminação pública e à zona industrial, na rubrica dos transportes e comunicações é uma rubrica que engloba o projeto da Zona Ribeirinha da Folgosa, nas diversas não especificadas o valor diz respeito ao projeto do Quartel da GNR. Quanto ao ordenamento do território algumas rubricas englobam o plano territorial municipal, a Zona de Lazer de Aldeias, a requalificação da avenida Ribeiro de Almeida de Fontelo, entre outras. -----

Esclareceu o deputado Manuel Gaspar que o município não foi obrigado a aderir ao FAM, mas que foram obrigados todos os municípios a subscrever participações no FAM e disse que na dívida a fornecedores de terceiros e empréstimos, está refletido um aumento derivado ao montante de despesa desse fundo, mas que esse valor engloba € 30.000,00 do empréstimo que havia na empresa Armamar Investe Mais que pelo facto de ser incorporado nas contas vem aqui refletido. -----

Quanto à evolução da dívida houve um decréscimo da amortização, de cerca de € 247.000,00, onde estão incorporados os mesmos € 30.000,00 que vieram da Armamar Investe Mais, os € 360.000,00 da zona ribeirinha da Folgosa e também o curto prazo que, de uns anos para os outros, o município é obrigado a contrair. Explicou que a redução pode parecer maior porque efetivamente foram liquidados € 385.000,00 do curto prazo, mas ao mesmo tempo no dia seguinte foram recuperados, não havendo essa diferença, que não é tão explícita. -----

Sobre a evolução do endividamento municipal, disse que no início do ano foi cumprida a margem do limite e no decorrer da execução do orçamento se tem verificado que “nos aproximamos e conseguimos no final do ano, a 31 de dezembro uma margem face ao limite”. Por se tratar de um assunto mais técnico, pediu à técnica Sandra Cardoso que relativamente a este quadro desse uma explicação mais concreta para que o senhor deputado pudesse ficar esclarecido. -----

**Sandra Cardoso**, explicou que em relação ao endividamento o que está refletido no relatório de gestão e a 1 de janeiro de 2014 era o que seria aplicado segundo a nova Lei. Até 31 de dezembro estava em vigor a Lei das Finanças Locais e o conceito de endividamento era o endividamento líquido, em que se confrontava o passivo financeiro com a redução dos ativos financeiros. A 31 de dezembro perante essa Lei, o

município de Armamar cumpriu com o limite de endividamento. A 1 de janeiro de 2014, como já estava em vigor uma nova Lei, fez-se uma projeção para aqueles valores e procurou saber-se se havia ou não cumprimento. Face à nova Lei, o limite de dívida corresponde a 1,5 da média da receita corrente líquida dos 3 últimos anos, ou seja, a dívida orçamental líquida, é a dívida bruta excluída da dívida não orçamental. Assim, temos que confrontar o passivo orçamental com essa média, ou seja, 1,5 da média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos. A 1 de janeiro não se verificava o cumprimento daquele limite, mas não estávamos em incumprimento, pois a verificação é feita a 31 de dezembro de 2014 e a esta data apurou-se margem face ao limite. Este quadro só reflete a aplicação da atual Lei para 2014. -----

**Manuel Paiva**, questionou o seguinte, “até 31 de dezembro de 2013 vigorava a Lei das Finanças Locais, e as regras foram aplicadas tendo em conta essa Lei, qual é a Lei que vigorou a partir de 1 de janeiro de 2014? -----

**Sandra Cardoso**, respondeu ser a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2014. -----

Deliberação: Aprovada por maioria, com 25 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções. -----

Estavam ausentes no momento da votação deste ponto os seguintes membros: António Manuel Correia Cardoso Pinto e Jorge Ferreira Santos Rodrigues. -----

**6) Documentos previsionais para 2015 – 1ª revisão (que passou a constituir o anexo IV à ata).** -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Estavam ausentes no momento da votação deste ponto os seguintes membros: António Manuel Correia Cardoso Pinto, Jorge Ferreira Santos Rodrigues, Hernâni Pinto da Fonseca e Almeida, Jorge Augusto Fernandes Rodrigues e Paulo Alexandre Proença da Silva Vieira. -----

**7) Reconhecimento de interesse público municipal – regularização de estabelecimentos e exploração de atividades industriais, requerida por Serafim Cardoso Teixeira (cujo documento passou a constituir o anexo V à ata).** -----

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Estavam ausentes no momento da votação deste ponto os membros mencionados no ponto anterior. -----

**8) Submissão a discussão pública do projeto de alteração da tabela de taxas (cuja cópia passou a constituir o anexo VI à ata.) -----**

Deliberação: Aprovado por unanimidade. -----

Estavam ausentes no momento da votação deste ponto os membros mencionados no pontos 6) e 7). -----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

Não se registaram intervenções. -----

**Encerramento da reunião -----**

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

**Forma de Votação -----**

Todas as deliberações desta reunião foram votadas sob a forma nominal. -----

----- Não havendo mais nada a tratar foi, pelo presidente da assembleia municipal, encerrada a sessão, às catorze horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente:

Primeiro secretário:

Segundo secretário:

